

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2024

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações intermediárias dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2024 - É com grande satisfação que a Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Informações Financeiras Trimestrais ("ITR"), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao terceiro trimestre de 2024 ("3T24") versus o terceiro trimestre de 2023 ("3T23"), e aos nove primeiros meses de 2024 ("9M24") versus os nove primeiros meses de 2023 ("9M23").

1. Apresentação

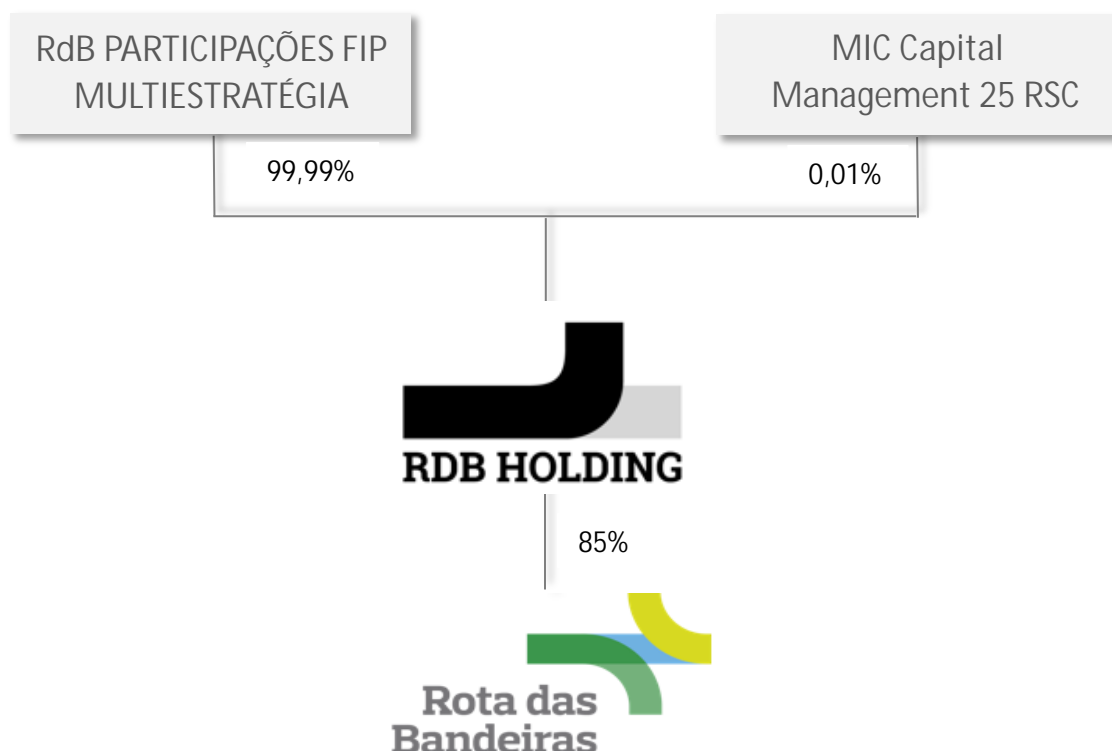
Histórico

A Companhia foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedade por Ações"). A Sociedade tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias.

As ações de emissão da Companhia são substancialmente detidas pela RdB Participações FIP Multiestratégia que detém 99,99% do capital da Companhia e MIC Capital Management 25 RSC que detém 0,01% do capital da Companhia.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia decidiu investir na Concessionária Rotas das Bandeiras S.A. ("Controlada"). Desta forma, passou a ser acionista direta, passando a deter o equivalente a 85% do capital social da Controlada.

A Controlada passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.



A Companhia é uma sociedade holding, que tem por objeto a participação societária em outras empresas. Atualmente a única sociedade controlada da Companhia é a Concessionária Rota das Bandeiras S.A.. Nesse sentido, considerando a relação entre a Companhia e a Controlada, as informações apresentadas estão atreladas às atividades da Controlada.

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros.

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos.

O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,2 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 95 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões pipa e 2 veículos de balança móvel. A Controlada conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego, 15 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 259 atendimentos por dia no terceiro trimestre de 2024.

2. Destaques

EBITDA Ajustado (Consolidado): R\$ 697.817 mil atingidos no 9M24.

CAPEX¹: R\$ 193.545 mil realizados em ampliação e manutenção no período 9M24. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Conclusão dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), (ii) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 125, (iii) Conclusão Faixa Adicional entre o km 74 ao 80 da SP-065, (iv) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116, 119 e 121 da SP-332, (v) Conclusão de 3 Estradas Secundárias no km 22 da SP-065 e (vi) Conclusão da construção do Posto SAU no km 54+800 da SP-065.

¹ CAPEX não considera juros capitalizados.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Desempenho Econômico-Financeiro	Companhia		Consolidado	
	3T24	9M24	3T24	9M24
Receita Líquida Total	-	-	329.986	1.010.479
Receita Líquida Operacional	-	-	293.380	807.621
Receita Líquida Construção	-	-	36.605	202.858
Custos	-	-	(137.973)	(474.332)
Custos Operacionais	-	-	(101.734)	(273.503)
Custo de Construção	-	-	(36.239)	(200.829)
Lucro Bruto	-	-	192.013	536.147
Despesas	(362)	(1.001)	(9.946)	(25.964)
Outras Receitas/Despesas	-	-	157	5.927
Lucro Operacional	(362)	(1.001)	182.224	516.110
Equivalência Patrimonial	75.562	176.167	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(21.394)	(76.326)	(87.260)	(297.920)
Resultado antes do IR/CSLL	53.806	98.840	94.964	218.190
IR/CSLL	-	-	(27.823)	(88.262)
Resultado Líquido	53.806	98.840	67.140	129.928
EBITDA Ajustado	(362)	(1.001)	251.712	697.817

A Receita Líquida Operacional da Companhia e sua Controlada totalizou R\$ 807.621 mil no 9M24, enquanto o EBITDA Ajustado apresentou resultado de R\$ 697.817 mil no 9M24. Os Custos totalizaram R\$ 474.332 mil no 9M24, enquanto as despesas totalizaram R\$ 25.963 mil no 9M24.

Resultado Financeiro

A Companhia e sua Controlada apresentaram um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 297.920 mil, onde as Receitas Financeiras totalizaram R\$ 74.279 e as Despesas Financeiras alcançaram R\$ 372.199 mil no 9M24.

Endividamento

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000 mil, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A, os parâmetros de atualização anulam o efeito do DI + 4,25% e a taxa passa a ser IPCA + 8,00% (com base em um ano de 252 dias úteis), com incorporação de juros até 10/11/2023.

Investimentos ²

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Controlada no 3T24 foram de R\$ 40.736 mil (R\$ 31.198 mil de ampliação e R\$ 9.538 mil de manutenção) e no 9M24 totalizaram R\$ 193.545 mil (R\$ 165.802 mil de ampliação e R\$ 27.743 mil de manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso da Controlada com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,2 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 3T24 estão detalhadas abaixo:

- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065;
- o Continuidade da Marginal entre os km 114+000 ao km 121+120 da SP-332;
- o Continuidade da Marginal entre os km 121+120 ao km 125+000 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 116+000 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 119+700 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 121+900 da SP-332;
- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 0 ao 12 da SP-083;
- o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- o Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- o Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

² Não considera juros capitalizados.

4. Informações sobre a Controlada

Indicadores Operacionais

A Controlada cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No acumulado dos 9M24, foram realizados aproximadamente 70 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, compostos basicamente da seguinte forma:

- o 59,4% de serviços de inspeção;
- o 21,4% de serviços de guincho;
- o 13,4% de serviços mecânicos;
- o 4,8% de serviços pré-hospitalares;
- o 0,9% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Controlada utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Controlada, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No trimestre findo em 30 de setembro de 2024, a Controlada contava com um total de 648 (CLT, Jovem Aprendiz, Estagiário) integrantes em seu quadro.

Programa Jovem Aprendiz

A Controlada, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No trimestre findo em 30 de setembro de 2024, a Controlada contava com 25 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovens PCDs.

Programa Pertencer

Desde 2014, a Controlada desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da empresa e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 30 de setembro de 2024, a Controlada contava em seu quadro com 17 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”)

5.1 Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Todas as atividades inerentes a Controlada, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária.

Todas as obras executadas pela Controlada de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Controlada ou descumprir as obrigações legais.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Controlada em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Controlada planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APP's), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 500 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais.

Respeito à Fauna

A Controlada monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências envolvendo fauna com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias.

A Controlada desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte.

O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário.

Monitoramento de Focos de Incêndio

O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 95 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa, para combater princípios de incêndios.

Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e consequentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao foco.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I.

A Controlada também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Sistema de Gestão Ambiental da Controlada possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 3º trimestre de 2024, foram recolhidos por mês em média 86,26 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Controlada com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita o seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de postergar a vida útil dos aterros sanitários da região.

5.2 Social

Desde o início de suas atividades, a Controlada tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Controlada desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Controlada:

Rota da Educação

Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Controlada para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 96,6 mil alunos desde o início de suas atividades.

Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, quinze escolas de Atibaia, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização.

Campanha Inverno Solidário

Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Controlada. A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, foram distribuídos mais de 1.600 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa.

Rota da Transformação

Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas. Entre essas atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022) e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp.

Lacre Nota 10

Criada em 2018, a campanha “Lacre Nota 10” estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Controlada e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência.

Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres, o equivalente a 91 km de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 38 cadeiras de rodas.

Incentivo ao Esporte

A Controlada também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paralímpica com cerca de 120 atletas por mês.

O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R\$ 110 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades.

Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira.

5.3 Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia. Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM.

6. Considerações Finais

Audidores Independentes

A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido nesta data e com as devidas demonstrações contábeis padronizadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2024.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2024.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Rodovias do Brasil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial intermediário em 30 de setembro de 2024 e as demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária, e com a Norma Internacional - IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) - informação suplementar

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as informações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados
Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023			30/09/2024	31/12/2023		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.959	3.701	134.066	232.524	Fornecedores	13	29	70	77.124	245.346
Aplicações financeiras	7	-	-	47.148	40.841	Arrendamento mercantil	15	-	-	21.997	14.012
Contas a receber	8	-	-	87.843	77.992	Debêntures	14.1	60.262	17.662	465.888	298.254
Tributos a recuperar		19.074	7.712	27.723	14.371	Empréstimos	14.1	-	-	55.818	50.854
Imposto de renda e contribuição social		-	-	55.022	-	Salários e encargos sociais		6	6	12.145	12.203
Despesas antecipadas		9	51	5.885	3.870	Obrigações tributárias		47	15	15.671	10.207
Dividendos e JSCP a receber		58.578	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social		-	-	58.977	3.813
Outros ativos		-	-	1.973	14.261	Dividendos e JSCP a pagar		-	-	11.235	-
		<u>86.620</u>	<u>11.464</u>	<u>359.660</u>	<u>383.859</u>	Outros passivos		<u>19</u>	<u>3</u>	<u>9.713</u>	<u>7.071</u>
								<u>60.363</u>	<u>17.756</u>	<u>728.568</u>	<u>641.760</u>
Não circulante						Não circulante					
Conta vinculada	7	85.176	73.013	85.176	73.013	Fornecedores	13	-	-	20.042	23.411
Contas a receber	8	-	-	-	6.168	Empréstimos e financiamento - Debêntures	14.1	841.010	850.114	3.432.191	3.556.564
Aplicações financeiras	7	-	-	340.211	263.280	Arrendamento mercantil	15	-	-	37.433	-
Depósitos judiciais	16.3	-	-	108.915	102.597	Instrumentos financeiros derivativos	14.2	4.788	-	4.788	1.864
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	46.841	76.127	Obrigações tributárias		-	-	1.394	1.137
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	-	11.690	-	11.690	Provisão para demandas judiciais	16.1	-	-	31.664	30.219
Despesas antecipadas LP		-	-	504	993	Provisão de conserva especial	17	-	-	27.124	11.205
		<u>85.176</u>	<u>84.703</u>	<u>581.647</u>	<u>533.868</u>	Outros passivos		-	-	-	379
								<u>845.798</u>	<u>850.114</u>	<u>3.554.636</u>	<u>3.624.779</u>
Ativo de contrato						Patrimônio líquido					
Investimentos	10	937.746	876.244	-	-	Capital social	18 a)	928.270	928.270	928.270	928.270
Imobilizado	12	-	-	1.890	2.371	Transação de capital	18 c)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)
Intangível	11.2	-	-	3.635.188	3.318.093	Lucros/(Prejuízos acumulados)		<u>38.963</u>	<u>(59.877)</u>	<u>38.963</u>	<u>(59.877)</u>
		<u>937.746</u>	<u>876.244</u>	<u>3.710.763</u>	<u>3.607.984</u>			<u>203.381</u>	<u>104.541</u>	<u>203.381</u>	<u>104.541</u>
						Participação de acionistas não controladores		-	-	165.485	154.631
								<u>203.381</u>	<u>104.541</u>	<u>368.866</u>	<u>259.172</u>
Total do ativo		<u>1.109.542</u>	<u>972.411</u>	<u>4.652.070</u>	<u>4.525.711</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.109.542</u>	<u>972.411</u>	<u>4.652.070</u>	<u>4.525.711</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas
 Períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023
Receita operacional líquida	19	-	-	-	-	329.986	1.010.479	321.083	934.323
Custo dos serviços prestados	20 a)	-	-	-	-	(137.973)	(474.332)	(156.371)	(471.899)
Lucro bruto		-	-	-	-	192.013	536.147	164.712	462.424
Receitas/(despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	20 b)	(362)	(1.001)	(378)	(1.149)	(9.947)	(25.964)	(12.366)	(19.896)
Resultado de equivalência patrimonial		75.562	176.167	69.108	130.525	-	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas		-	-	-	-	157	5.927	1.606	1.952
Resultado operacional antes do resultado financeiro		75.200	175.166	68.730	129.376	182.223	516.110	153.952	444.480
Receitas financeiras	21	12.171	22.220	13.276	20.977	28.204	74.279	30.824	68.615
Despesas financeiras	21	(33.565)	(98.546)	(35.504)	(100.899)	(115.464)	(372.199)	(116.499)	(393.918)
Resultado financeiro, líquido		(21.394)	(76.326)	(22.228)	(79.922)	(87.260)	(297.920)	(85.675)	(325.303)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		53.806	98.840	46.502	49.454	94.963	218.190	68.277	119.177
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	22	-	-	-	-	(27.823)	(88.262)	(9.579)	(46.689)
Lucro líquido do período		53.806	98.840	46.502	49.454	67.140	129.928	58.698	72.488
Atribuível aos:									
Acionistas controladores		-	-	-	-	53.806	98.840	46.502	49.454
Acionistas não controladores		-	-	-	-	13.334	31.088	12.196	23.034
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	18(b)	-	-	-	-	0,06	0,11	0,05	0,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2024 a	01/01/2024 a	01/07/2023 a	01/01/2023 a	01/07/2024 a	01/01/2024 a	01/07/2023 a	01/01/2023 a
	30/09/2024	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2023
Lucro líquido do período	53.806	98.840	46.502	49.454	67.140	129.928	58.698	72.488
Resultado abrangente total do período	53.806	98.840	46.502	49.454	67.140	129.928	58.698	72.488
Atribuível aos:								
Acionistas controladores	-	-	-	-	53.806	98.840	46.502	49.454
Acionistas não controladores	-	-	-	-	13.334	31.088	12.196	23.034

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Transação de capital	Lucros e Prejuízos acumulados	Atribuídos aos acionistas da Companhia	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	928.270	(763.852)	(141.102)	23.316	130.900	154.216
Lucro líquido do período	-	-	49.454	49.454	23.034	72.488
Ajuste IRPJ e CSLL sobre arrendamento CPC 32 (R20)	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 30 de setembro de 2023	928.270	(763.852)	(91.648)	72.770	144.934	217.704
Saldos em 1º de janeiro de 2024	928.270	(763.852)	(59.877)	104.541	154.631	259.172
Lucro líquido do período	-	-	98.840	98.840	31.088	129.928
Dividendos e JSCP dos não controladores	-	-	-	-	(20.234)	(20.234)
Saldos em 30 de setembro de 2024	928.270	(763.852)	38.963	203.381	165.485	368.866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	98.840	49.454	218.190	119.177
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	149.823	121.337
Equivalência Patrimonial	(176.167)	(130.525)	-	-
Perda na baixa do imobilizado e intangível	-	-	-	274
Provisão para conserva especial	-	-	38.394	41.863
Provisão para contingências	-	-	1.445	690
Reversão para demandas judiciais	-	-	-	-
Margem de construção - ICPC 01	-	-	(2.028)	(2.398)
Receita diferida	-	-	814	(431)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)	-	-	194	-
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(35.131)	(45.928)
Perda de arrecadação	-	-	6.201	34
Juros e variações monetárias, líquidas	83.507	74.347	359.048	375.705
	<u>6.180</u>	<u>(6.724)</u>	<u>736.950</u>	<u>610.323</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(9.884)	(14.597)
Juros sobre capital próprio a receber	(58.578)	(30.345)	-	-
Dividendos a receber	-	16.354	-	-
Tributos a recuperar	(11.362)	(7.716)	(4.922)	6.971
Imposto de renda retido sobre JSCP	-	(198)	-	(198)
Despesas pagas antecipadamente	42	88	1.879	(1.730)
Outros ativos	-	-	12.288	(1.177)
Outros passivos	16	26	16	26
Depósitos judiciais	-	-	(531)	561
Fornecedores	(40)	(29)	(17.181)	(1.180)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(58)	926
Salários e encargos sociais	-	(1)	-	(1)
Tributos a pagar	32	3.319	(3.178)	1.449
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	-	-	(66.291)	(54.986)
Contas a pagar	-	-	(1.591)	(506)
Caixa gerado (aplicado) pelas operações	<u>(63.710)</u>	<u>(25.227)</u>	<u>647.497</u>	<u>545.881</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(55.022)	(33.094)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	-	-	(205.571)	(220.106)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas operações	<u>(63.710)</u>	<u>(25.227)</u>	<u>386.904</u>	<u>292.681</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)	-	-	(104)	(746)
Adições ao intangível e ativo de contrato	-	-	(279.917)	(161.758)
Juros sobre capital próprio	63.665	51.000	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>63.665</u>	<u>51.000</u>	<u>(280.021)</u>	<u>(162.504)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Conta vinculada	(12.163)	(27.153)	(12.163)	(27.153)
Pagamento de juros sobre debêntures	(64.982)	-	(64.982)	-
Pagamentos de empréstimos e debêntures	-	-	(75.946)	(12.826)
Aplicações financeiras - Conta Reserva Debêntures	-	-	(57.400)	(55.612)
Pagamento de arrendamento operacional	-	-	(17.298)	(10.012)
Pagamento de custos de transação	-	-	-	(425)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.295)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(2.886)
Recebimento de derivativos	31.448	-	31.448	-
Recebimento de dividendos	51.000	-	(9.000)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>5.303</u>	<u>(27.153)</u>	<u>(205.341)</u>	<u>(111.209)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.258</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(98.458)</u>	<u>18.968</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.701	1.509	232.524	164.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.959	129	134.066	182.969
Aumento e (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.258</u>	<u>(1.380)</u>	<u>(98.458)</u>	<u>18.968</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do valor adicionado intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas	-	-	1.084.823	998.185
Receita bruta operacional de serviços	-	-	881.965	758.384
Receita de construção ICPC 01-R1 (*)	-	-	202.858	239.801
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	-	-	(67.572)	(61.367)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(200.829)	(237.403)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(685)	(844)	(37.958)	(29.528)
Valor adicionado bruto	(685)	(844)	778.464	669.887
Depreciação e amortização	-	-	(149.823)	(121.338)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(685)	(844)	628.641	548.549
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	22.574	25.805	74.633	73.443
Equivalência patrimonial	176.167	130.525	-	-
Outros	-	-	5.965	2.024
Valor adicionado total a distribuir	198.056	155.486	709.239	624.016
Distribuição do valor adicionado	247	236	37.533	36.003
Remuneração direta	247	236	29.762	29.365
Benefícios	-	-	5.535	4.732
FGTS	-	-	2.236	1.906
Impostos, taxas e contribuições	423	4.897	171.091	123.269
Federais	423	4.897	127.210	85.586
Estaduais	-	-	131	140
Municipais	-	-	43.750	37.543
Remuneração de capitais de terceiros	98.546	100.899	370.687	392.256
Juros	98.546	100.899	369.773	391.681
Aluguéis	-	-	99	168
Outros	-	-	815	407
Remuneração de capitais próprios	98.840	49.454	129.928	72.488
Lucro do período atribuído aos acionistas da Controladora	98.840	49.454	98.840	49.454
Lucro do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	31.088	23.034
Valor adicionado distribuído	198.056	155.486	709.239	624.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”, “Rodovias do Brasil” ou “Controladora”) e sua Controlada direta, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., (“Concessionária”, “Controlada” ou em conjunto “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de gestão e exploração de serviços rodoviários, regidos sob contratos de concessão exploração de serviços públicos.

A Rodovias do Brasil Holding S.A. foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma Sociedade Anônima, sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia tem Sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital. 99,99% das ações de emissão da Companhia são detidas pelo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), anteriormente denominado SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP 1355”).

A constituição da Companhia se inseriu no âmbito de reorganização societária promovida pelo RDB FIP, destinada a aprimorar a estrutura de investimentos na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Controlada”).

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do Capital Social da Controlada para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), Fundo de Investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os Cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que a Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação no âmbito dos investidores do RDB FIP não teve como efeito a alienação do controle indireto da Controlada.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. à Companhia. Desta forma, a Companhia, passou a ser acionista direta da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., passando a deter o equivalente a 85% do Capital Social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Concessionária Rota das Bandeiras S.A., sendo certo, contudo, que uma vez que a Companhia é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Controlada, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Controlada, de forma que não se aplica o previsto no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

Em 12 de novembro de 2021 foi deferido pela CVM o registro de emissor na Categoria "B" para a Companhia.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A., com Sede em Itatiba - SP, é uma Sociedade por Ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo:

- (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B;
- (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009;
- (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto;
- (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220;
- (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do Contrato de Concessão;
- (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do Contrato de Concessão;
- (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063.

Em agosto de 2022 foi firmado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo (TAM Coletivo nº 02/2022) entre o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes, na qualidade de Poder Concedente (“Poder Concedente”), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, na qualidade de interveniente-anuente, a Controlada e as demais concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo (em conjunto, “Concessionárias Afetadas”). O TAM Coletivo tem por objeto a promoção do Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão, em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contratos de Concessão, mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo Poder Concedente. Os pagamentos foram realizados às Concessionárias Afetadas no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Adicionalmente, os pagamentos às Concessionárias Afetadas foram realizados até o repasse do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022, fato que ocorreu a partir de 16 de dezembro de 2022. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Concessionária realizou o pedido de registro de companhia aberta para Categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Concessionária, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

Capital circulante líquido negativo

A Controlada busca manter disponibilidades suficientes para honrar com seus compromissos de curto prazo, utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 30 de setembro de 2024 as informações contábeis intermediárias consolidadas apresentam um passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$ 368.908 (R\$ 257.901 em 31 de dezembro de 2023).

Não há expectativa de a Controlada ter o capital circulante líquido positivo no curto prazo, entretanto não é um problema de liquidez, dado a capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

A Companhia de maneira isolada apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 26.257 em 30 de setembro de 2024 e negativo de R\$ 6.292 em dezembro de 2023.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em 30 de setembro de 2024 foram aprovadas por sua Administração em 13 de novembro de 2024.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo (*International Accounting Standards Board* - "IASB").

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o disposto nos pronunciamentos técnicos IAS 34 / CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas abrangem informações da Companhia e de sua Controlada.

Todas as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

O controle sobre uma investida é obtido quando a Companhia possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- iii) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a Valor Justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada direta. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras da Controlada encontram-se registrados ao Valor Justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo Por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- (a) Passivos financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado;
- (b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- (c) Contrato de garantia financeira;
- (d) Compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado;
- (e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1).

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Controladora e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a Valor Justo.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo Por Meio do Resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber da Controlada são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo na transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Controlada são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de *software*, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do *software*.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período da Controlada compreendem os impostos correntes e diferidos. Os Impostos sobre a Renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Combinação de negócios e *goodwill sob controle comum*

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo (valor contábil).

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu Valor Justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma:

- (i) Da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida;
- (ii) Do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida;
- (iii) No caso de combinação de negócios realizada em estágios, do Valor Justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

i) Base de consolidação

Controlada

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua Controlada conforme Nota Explicativa nº 10.

A Controlada incluída na consolidação das informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2024, está listada a seguir:

Controladas	Principal atividade	UF	Participação em (%)	
			2024	2023
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Concessionária	SP	85	85

A Controlada é consolidada de acordo com o percentual de participação a partir da data da sua aquisição (em 11 de maio de 2021), ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As informações contábeis intermediárias individuais consolidadas são elaboradas com base nas informações contábeis intermediárias da Controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social da Controlada coincide com o da Controladora, assim como, os períodos trimestrais. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

j) Investimentos

A Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma Controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da Controlada são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial.

k) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo Método Linear, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

l) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o Valor Justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do Valor Justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa incorridas do período.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento incorridos pela Controlada (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão da Controlada", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Controlada durante o prazo de concessão.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
- É provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para manutenção

A Controlada reconheceu uma provisão para conserva especial manutenção, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no Contrato de Concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

(ii) Provisão para litígios judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, regulatórias e tributárias) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados;
- For provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº16).

n) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo Valor Justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13).

o) Credor pela aquisição da concessão

Na Controlada é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, exceto receita financeira, sendo liquidado mensalmente.

p) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados por meio da emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo Valor Justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

q) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

r) Receitas de contratos com clientes

(i) Receita de serviço

A Controlada adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Controlada reconhece a receita quando:

- Identifica os contratos com os clientes;
- Identifica as diferentes obrigações do contrato;
- Determina o preço da transação;
- Aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos;
- Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao Valor Justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção da Controlada é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 (R1) e OCP 05 à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota explicativa nº 11), na qual a Controlada estima que o Valor Justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

s) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o Ajuste a Valor Presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

t) Lucro por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são revistas de maneira contínua e para o período findo em 30 de setembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

a) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro e capital

4.1. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia e sua Controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não terem caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua Controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo, debêntures e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

<u>Saldos em 30 de setembro de 2024</u>	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
Fornecedores e outras obrigações (iii)	77.124	20.042	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	637.787	977.192	1.802.646	3.006.909
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e dois anos (ii)</u>	<u>Entre dois e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
Fornecedores e outras obrigações (iii)	245.346	23.411	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	485.582	935.089	1.709.225	3.510.741

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debênture e empréstimos;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração. Para mais detalhes veja a Nota Explicativa nº 14.1;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta, juntamente com sua Controlada, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 30 de setembro de 2024, sendo os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua Controlada estavam expostas na data-base de 30 de setembro de 2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 12 de outubro de 2024, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 30 de setembro de 2024 do Consolidado.

Instrumento	Risco	Saldo em 30/09/2024	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	387.359	10,88%	42.137	8,16%	31.603	5,44%	21.069

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia e sua Controlada estão expostas na data-base de 30 de setembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas projeções do CDI e IPCA extraídos das projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB em 18 de outubro de 2024, foi definido o cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os quadros a seguir demonstram a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 30 de setembro de 2024:

Controladora

Instrumento	Risco	Saldo em 30/09/2024	Cenário I - Provável		Cenário II - Adverso possível		Cenário III - Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Debêntures	Alta no CDI	49.490	10,88%	(5.385)	13,60%	(6.731)	16,32%	(8.077)

Controlada

Instrumento	Risco	Saldo em 30/09/2024	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	55.843	10,88%	(6.075)	13,60%	(7.593)	16,32%	(9.112)
Debêntures	Alta no CDI	94.911	10,88%	(10.325)	13,60%	(12.906)	16,32%	(15.487)
Debêntures	Alta no IPCA	336.975	4,38%	(14.760)	5,48%	(18.449)	6,57%	(22.139)

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia e sua Controlada.

As operações desses instrumentos são realizadas pela Área de Tesouraria da Companhia e de sua Controlada, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controlada. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia e a Controlada revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 30 de setembro de 2024, os montantes dos ativos financeiros que possuem classificação externa de créditos estão apresentados a seguir:

	Controladora 30/09/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/09/2024	Consolidado 31/12/2023
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Pedágios	-	-	84.503	82.461
Receitas acessórias	-	-	3.340	1.699
	-	-	87.843	84.160
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa geral, fundo de troco e numerários em trânsito	-	-	1.823	2.502
Bancos conta movimento	21	24	5.457	14.151
	21	24	7.280	16.653
Total contrapartes sem classificação externa de crédito	21	24	95.122	100.813
Contrapartes com classificação externa de crédito				
Caixa e equivalentes de caixa	8.938	3.673	126.786	215.867
Conta Vinculada	85.176	73.017	85.176	73.017
Total contrapartes com classificação externa de crédito	94.114	76.690	211.962	288.884

A Companhia e sua Controlada estão sujeitas à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia e sua Controlada mantinham operações em aberto em 30 de setembro de 2024.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA	AAA	BB
Banco BTG Pactual S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Santander S.A.	-	AAA	AAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AAA	AAA
XP Investimentos S.A.	AAA	-	AAA

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e sua Controlada aproximam-se dos seus valores de realização.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Empréstimos e financiamentos/debêntures

As cédulas de créditos bancários e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.2. Gestão de capital

A Companhia e sua Controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), adicionando o efeito dos instrumentos derivativos e subtraindo do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento do período findo 30 de setembro de 2024 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, podem ser assim sumarizados:

	Controladora 30/09/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/09/2024	Consolidado 31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (nota 14.1)	901.272	867.776	3.953.897	3.905.672
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14.2)	4.788	(11.690)	-	(11.690)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(8.959)	(3.701)	(134.066)	(232.524)
Conta vinculada (nota 7)	(85.176)	(73.013)	(85.176)	(73.013)
Aplicações financeiras (nota 7)	-	-	(340.211)	(304.121)
Dívida líquida	811.925	779.372	3.394.444	3.284.324
Total do patrimônio líquido	203.381	104.541	368.866	259.172
Total do capital próprio e de terceiros	1.015.306	883.914	3.763.310	3.543.496
Índice de alavancagem financeira - %	80%	88%	90%	93%

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros, por categoria, estão demonstrados a seguir:

	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	8.959	3.701	134.066	232.524
Contas a receber	-	-	87.843	84.160
	<u>8.959</u>	<u>3.701</u>	<u>221.909</u>	<u>316.684</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamento	901.272	867.776	3.953.897	3.325.165
Arrendamento mercantil operacional	-	-	59.430	15.876
Fornecedores	29	70	97.166	268.757
Outros passivos	-	-	-	-
	<u>901.301</u>	<u>867.846</u>	<u>4.110.493</u>	<u>3.609.798</u>
	Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Conta vinculada	85.176	73.013	85.176	73.013
Instrumentos derivativos	-	11.690	-	11.690
Aplicações financeiras	-	-	387.359	304.121
	<u>85.176</u>	<u>84.703</u>	<u>472.535</u>	<u>388.824</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Instrumentos derivativos	4.788	-	4.788	-
	<u>4.788</u>	<u>-</u>	<u>4.788</u>	<u>-</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa Geral	-	-	5	5
Numerários em trânsito (i)	-	-	1.099	1.778
Fundo de Troco	-	-	719	719
Bancos conta movimento	21	24	5.457	14.151
Aplicações Financeiras (ii)	8.938	3.677	126.786	215.871
Total	<u>8.959</u>	<u>3.701</u>	<u>134.066</u>	<u>232.524</u>

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 100% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	-	-	47.148	40.841
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	85.176	73.013	425.387	336.293
	<u>85.176</u>	<u>73.013</u>	<u>472.535</u>	<u>377.134</u>
Circulante	-	-	47.148	40.841
Não circulante	85.176	73.013	425.387	336.293

- (i) Em 30 de setembro de 2024, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R\$ 47.148 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 40.841), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo") efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Controlada, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Controlada faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Controlada, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada.

A Controlada tem expectativa de liquidar o saldo das operações com o "Fundo" até o final do exercício de 2024.

- (ii) A aplicação financeira vinculada da Controladora (conta vinculada), refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 1º Emissão de Debêntures da Rodovias do Brasil Holding S.A., sendo que a Companhia deve depositar nessa conta recursos suficientes para atender ao Serviço da Dívida dos 12 meses subsequentes e a aplicação financeira vinculada (conta pagamento ODTR11) da Controlada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2º Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Controlada deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,55% do CDI, nos últimos doze meses.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	79.716	70.914
Vale pedágio (i)	2.875	9.667
Receitas acessórias	3.340	1.699
Cartões de Crédito e Débito	1.912	1.880
	<u>87.843</u>	<u>84.160</u>
Ativo circulante	87.843	77.992
Ativo não circulante	-	6.168

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de julho de 2024 o saldo das contas a receber proveniente da Ação Civil Pública da Praça de Pedágio de Jundiáí (SP-360), no montante de R\$ 6.146 milhões, foi baixado pela Controlada para perda de arrecadação, tendo em vista os desdobramentos do processo.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (Consolidado)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	30/09/2024	31/12/2023
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	206.358	231.718
Provisão para contingências (a)	10.766	10.275
Outras Provisões (a)	409	400
Provisão para conserva especial (a)	9.222	3.810
Participação nos lucros e resultados (a)	1.563	2.059
Direito de Uso (IFRS 16) (a)	18.917	5.434
Resultado diferido (CPC 47) (a)	1.159	901
	<u>248.394</u>	<u>254.597</u>
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva demanda)	61.177	60.910
Margem de construção	9.925	9.576
Encargos financeiros	273	511
Juros e encargos capitalizados	67.907	57.718
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	42.065	44.228
Passivo de Arrendamento (IFRS 16)	20.206	5.527
	<u>201.533</u>	<u>178.470</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	248.394	254.597
Tributos diferidos passivos	(201.553)	(178.470)
	<u>46.841</u>	<u>76.127</u>

(i) A expectativa da Administração da Controlada quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

A variação líquida em 30 de setembro de 2024, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2023, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 29.286.

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Outros (a)	Compensação total
2024	35.501	-	35.501
2025	40.958	-	40.958
2026	50.859	-	50.859
2027	57.950	-	57.950
2028 em diante	21.090	-	21.090
	<u>206.358</u>	<u>42.036</u>	<u>248.394</u>

a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Controlada e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada.

10. Investimentos

No dia 11 de maio de 2021, o Fundo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (RDB Participações) e a Rodovias do Brasil, realizaram contrato de compra e venda de ações no valor fixo e irrevogável de R\$ 1.510.069, no qual o Fundo vendeu a totalidade de sua participação societária (85%) na Controlada Concessionária Rota das Bandeiras S.A. para a Rodovias do Brasil Holding S.A.

Segue a movimentação do período:

	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	876.244
Equivalência patrimonial	176.167
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(114.665)
Saldos em 30 de setembro de 2024	<u>937.746</u>

O preço de aquisição foi definido por meio de laudo de avaliação independente realizado pela UHY Bendoraytes, tendo sido pago ao Fundo RDB Participações da seguinte forma: R\$ 583.000 em caixa e o montante remanescente no valor R\$ 927.070, foi convertido em aumento de capital. O aumento de capital ocorreu em 11 de maio e 14 de junho de 2021, nos montantes de R\$ 925.070 e R\$ 2.000, respectivamente. A seguir está apresentada a apuração do resultado da combinação de negócios por meio do confronto do valor pago e dos valores livro dos principais ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em 30 de abril de 2021, data da combinação de negócios sob controle comum:

<u>Descrição</u>	<u>30/04/2021</u>
Ativo líquido adquirido	877.902
Parcela adquirida dos ativos líquidos	85,0%
Valor de livros na data de aquisição ajustado a participação	746.217
(-) Valor da contraprestação paga	(1.510.069)
Ágio na operação de combinação de negócios sob controle comum	<u>(763.852)</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo 30 de setembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de contrato e intangível

11.1. Ativo de contrato (Consolidado)

O ativo de contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - contratos da concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

	31/12/2023				30/09/2024
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	16.316	19.065	-	(22.922)	12.459
Hardware equipamentos de pedágio	1.488	1.072	-	(941)	1.619
Demais melhorias e ampliações	163.566	121.268	-	(236.017)	48.817
Pontes e Viadutos	(205)	3.462	-	(2.576)	681
Desapropriações	25.842	12.754	-	(38.374)	222
Custos de empréstimos (ii)	69.570	35.486	-	(99.957)	5.099
Meio ambiente e elementos de segurança	2.446	630	-	(211)	2.865
Adiantamentos	-	-	-	-	-
Estoque de Material de Obras	8.497	891	(7.465)	-	1.923
	<u>287.520</u>	<u>194.628</u>	<u>(7.465)</u>	<u>(400.998)</u>	<u>73.685</u>
	31/12/2022				30/09/2023
	Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	43.266	39.479	-	(22.273)	60.472
Hardware equipamentos de pedágio	7.848	597	-	(4.169)	4.276
Demais melhorias e ampliações	167.268	100.789	-	(15.706)	252.351
Pontes e Viadutos	3.060	21.126	-	-	24.186
Desapropriações	59.509	21.621	-	(54.764)	26.366
Custos de empréstimos (ii)	58.783	46.392	-	(11.760)	93.415
Meio ambiente e elementos de segurança	6.490	9.566	-	(4.511)	11.545
Estoque de Material de Obras	11.360	-	(81)	-	11.279
	<u>357.584</u>	<u>239.570</u>	<u>(81)</u>	<u>(113.183)</u>	<u>483.890</u>

(i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;

(ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As adições do período findo em 30 de setembro de 2024 referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Perimetral de Itatiba (SP-360), Marginais Km 121+120 ao Km 125 (SP-332), Faixa Adicional Km 74 ao 88+150 (SP-065) e Interseção Km 116+000 (SP 332).

11.2. Intangível (Consolidado)

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	30/09/2024	31/12/2023
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	725.630	(172.933)	552.697	551.902
Pavimentações	585.706	(501.520)	84.186	87.515
Hardware equipamentos de pedágio	102.277	(33.023)	69.254	71.062
Demais melhorias e ampliações	1.658.103	(275.461)	1.382.642	1.191.878
Desapropriações	357.514	(71.587)	285.927	257.876
Custos de empréstimos	206.769	(10.124)	196.645	101.906
Máquinas e equipamentos	3.733	(2.969)	764	967
Móveis e utensílios	2.070	(1.385)	685	794
Veículos	17.053	(7.190)	9.863	1.677
Meio ambiente e elementos de segurança	226.840	(59.615)	167.225	173.466
	<u>3.885.695</u>	<u>(1.135.807)</u>	<u>2.749.888</u>	<u>2.439.043</u>
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(508.673)	828.566	861.330
Direito de uso (iii)	96.431	(40.794)	55.637	15.981
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.066	(4.969)	1.097	1.739
	<u>1.439.735</u>	<u>(554.436)</u>	<u>885.300</u>	<u>879.050</u>
	<u>5.325.430</u>	<u>(1.690.243)</u>	<u>3.635.188</u>	<u>3.318.093</u>

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

	Custo	Amortização Acumulada	30/09/2023	31/12/2022
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	633.528	(145.077)	488.451	483.577
Pavimentações	585.706	(497.063)	88.643	91.826
Hardware equipamentos de pedágio	98.193	(29.411)	68.782	67.018
Demais melhorias e ampliações	1.276.300	(212.627)	1.063.673	1.086.458
Desapropriações	319.102	(57.941)	261.161	214.930
Custos de empréstimos	71.754	(3.890)	67.864	58.359
Máquinas e equipamentos	3.670	(2.646)	1.024	1.405
Móveis e utensílios	2.018	(1.174)	844	996
Veículos	7.550	(6.023)	1.527	2.353
Meio ambiente e elementos de segurança	223.055	(50.791)	172.264	173.453
	<u>3.220.876</u>	<u>(1.006.643)</u>	<u>2.214.233</u>	<u>2.180.375</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo	Amortização Acumulada	30/09/2023	31/12/2022
			Líquido	Líquido
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(464.811)	872.427	903.759
Direito de uso (iii)	42.653	(18.857)	23.796	24.003
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.027	(4.110)	1.917	2.416
	<u>1.385.918</u>	<u>(487.778)</u>	<u>898.140</u>	<u>930.178</u>
	<u>4.606.794</u>	<u>(1.494.421)</u>	<u>3.112.373</u>	<u>3.110.553</u>

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível - infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de tráfego nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas.

As adições do período findo em 30 setembro de 2024 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

(ii) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão da Controlada.

O Contrato de Concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde à alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Controlada e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado do período.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo 30 de setembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	3.476.029	1.337.238	6.060	40.218	4.859.545
Amortização acumulada	(1.036.894)	(475.908)	(4.413)	(24.237)	(1.541.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093
Adições	9.121	-	5	56.213	65.341
Transferências de obras (i)	400.998	-	-	-	400.998
Amortização	(99.274)	(32.765)	(648)	(16.557)	(149.244)
Saldo contábil	2.749.888	828.565	1.098	55.637	3.635.188
Custo	3.885.695	1.337.238	6.067	96.431	5.325.431
Amortização acumulada	(1.135.807)	(508.673)	(4.969)	(40.794)	(1.690.243)
Saldos em 30 de setembro de 2024	2.749.888	828.565	1.098	55.637	3.635.188

(i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11.

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553
Adições	231	-	125	9.132	9.488
Transferências de obras	113.183	-	-	-	113.183
Baixa de custo histórico (*)	-	-	-	(942)	(942)
Baixa de amortização (*)	-	-	-	942	942
Amortização	(79.464)	(31.333)	(623)	(9.339)	(120.759)
Saldo contábil	2.214.325	872.426	1.826	23.796	3.112.373
Custo	3.221.329	1.337.238	6.027	42.653	4.607.247
Amortização acumulada	(1.007.004)	(464.812)	(4.201)	(18.857)	(1.494.874)
Saldos em 30 de setembro de 2023	2.214.325	872.426	1.826	23.796	3.112.373

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento;
 (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 11.

Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	1.272	32.220	6.725	40.218
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981
Adições	877	53.639	-	54.516
Revisão de Contratos	28	1.086	583	1.697
Amortização	(145)	(14.017)	(2.395)	(16.557)
Saldo contábil	1.114	53.185	1.338	55.637
Custo	2.177	86.946	7.308	96.431
Amortização acumulada	(1.063)	(33.761)	(5.970)	(40.794)
Saldos em 30 de setembro de 2024	1.114	53.185	1.338	55.637

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	987	30.026	3.449	34.462
Amortização acumulada	(748)	(7.319)	(2.392)	(10.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	22.707	1.057	24.003
Adições	311	4.629	4.192	9.132
Baixa de custo histórico (*)	(26)	-	(916)	(942)
Baixa de amortização (*)	26	-	916	942
Amortização	(149)	(7.727)	(1.463)	(9.339)
Saldo contábil	401	19.609	3.786	23.796
Custo	1.273	30.655	6.725	42.653
Amortização acumulada	(871)	(15.046)	(2.939)	(18.856)
Saldos em 30 de setembro de 2023	401	19.609	3.786	23.796

- (*) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

Em 30 de setembro de 2024, foram registrados no resultado do período os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	30/09/2024	30/09/2023
Veículos	2	70
Máquinas e equipamentos	94	60
	96	130

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	30/09/2024	31/12/2023
				Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20	4.266	(2.759)	1.507	1.914
Móveis e utensílios	10	10	(6)	4	5
Veículos	20	470	(133)	337	407
Instalações	10	52	(10)	42	46
		<u>4.798</u>	<u>(2.908)</u>	<u>1.890</u>	<u>2.371</u>

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	30/09/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20	4.149	(2.090)	2.059	2.514
Móveis e utensílios	10	10	(5)	5	6
Veículos	20	470	(39)	431	214
Instalações	10	52	(5)	47	51
		<u>4.681</u>	<u>(2.139)</u>	<u>2.542</u>	<u>2.785</u>

b) Movimentação

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Total
Custo	4.168	10	470	52	4.700
Depreciação acumulada	(2.255)	(5)	(63)	(6)	(2.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.913</u>	<u>5</u>	<u>407</u>	<u>46</u>	<u>2.371</u>
Adições	98	-	-	-	98
Depreciação	(504)	(1)	(70)	(4)	(579)
Saldo contábil	<u>1.507</u>	<u>4</u>	<u>337</u>	<u>42</u>	<u>1.890</u>
Custo	4.266	10	470	52	4.798
Depreciação acumulada	(2.759)	(6)	(133)	(10)	(2.908)
Saldos em 30 de setembro de 2024	<u>1.507</u>	<u>4</u>	<u>337</u>	<u>42</u>	<u>1.890</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Total
Custo	4.102	10	247	52	4.411
Depreciação acumulada	(1.588)	(4)	(33)	(1)	(1.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.514	6	214	51	2.785
Adições	47	-	470	-	517
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(182)	-	(182)
Depreciação	(502)	(1)	(71)	(4)	(578)
Saldo contábil	2.059	5	431	47	2.542
Custo	4.149	10	470	52	4.681
Depreciação acumulada	(2.090)	(5)	(39)	(5)	(2.139)
Saldos em 30 de setembro de 2023	2.059	5	431	47	2.542

13. Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia e sua Controlada:

	30/09/2024 Controladora	31/12/2023 Controladora	30/09/2024 Consolidado	31/12/2023 Consolidado
Fornecedores nacionais	29	70	97.166	268.757
	29	70	97.166	268.757
Passivo circulante	29	70	77.124	245.346
Passivo não circulante	-	-	20.042	23.411

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). O saldo equivalente a estes contratos no período findo em 30 de setembro de 2024 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são de R\$ 56.979 e R\$ 219.288, respectivamente. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7(i) a Companhia possui expectativa de liquidar o saldo das operações com o "Fundo" até o final do exercício de 2024.

14. Empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos

14.1. Empréstimos e financiamentos ("dívida")

As dívidas da Companhia e sua Controlada são compostas por recursos captados, principalmente, por meio de empréstimos bancários (CCB) e mercado de capitais (debêntures), denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo Valor Justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Período findo 30 de setembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2024, a composição dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada como segue:

	Taxa de juros efetiva (a.a)	Controladora		Consolidado	
		30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamento - Debêntures					
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	IPCA + 6,70%	-	-	389.270	358.915
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2% /	-	-	2.884.579	2.948.265
1ª Emissão Debêntures RODB11 (a)	CDI + 2,0%	911.231	879.403	911.231	879.403
(-) Custos de captação (c)	DI+4,25%	(9.959)	(11.627)	(287.026)	(332.007)
		<u>901.272</u>	<u>867.776</u>	<u>3.898.054</u>	<u>3.854.576</u>
Empréstimos e financiamento - CCB (b)	CDI+1,61%	-	-	55.843	51.096
		<u>901.272</u>	<u>867.776</u>	<u>3.953.897</u>	<u>3.905.672</u>
Passivo circulante		49.490	17.662	510.934	349.108
Passivo não circulante		851.782	850.114	3.442.963	3.556.564

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora					
	30 de setembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2025	81.752	(957)	80.795	71.779	(969)	70.810
2026	96.399	(1.128)	95.271	76.380	(1.031)	75.349
2027	93.502	(1.094)	92.407	93.318	(1.259)	92.059
2028	99.887	(1.169)	98.718	86.925	(1.173)	85.752
2029 em diante	479.429	(5.611)	473.819	533.339	(7.195)	526.144
	<u>850.969</u>	<u>(9.959)</u>	<u>841.010</u>	<u>861.741</u>	<u>(11.627)</u>	<u>850.114</u>
Consolidado						
	30 de setembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2025	599.897	(59.822)	540.075	575.300	(65.477)	509.824
2026	366.733	(52.145)	314.588	318.942	(58.298)	260.644
2027	358.538	(43.614)	314.924	353.013	(49.563)	303.450
2028	379.656	(37.587)	342.069	343.249	(41.465)	301.784
2029 em diante	1.998.879	(67.572)	1.931.307	2.274.091	(93.229)	2.180.862
	<u>3.703.702</u>	<u>(260.740)</u>	<u>3.442.962</u>	<u>3.864.594</u>	<u>(308.033)</u>	<u>3.556.564</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo 30 de setembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Saldo inicial	867.776	735.676	3.905.672	3.625.701
Pagamento principal de debêntures	-	-	(75.946)	(12.826)
Pagamento de encargo de dívida	(64.982)	(3.100)	(270.552)	(254.261)
Constituição do custo de transação	-	-	-	(290)
Juros e variação monetária (i)	96.810	132.840	349.742	488.074
Amortização dos custos de captação (i)	1.669	2.360	44.982	59.274
Saldo final	<u>901.272</u>	<u>867.776</u>	<u>3.953.897</u>	<u>3.905.672</u>
Circulante	60.262	17.662	4521.706	349.108
Não circulante	841.010	850.114	3.432.191	3.556.564

(a) Debêntures - Concessionária Rota das Bandeiras

Em 27 de maio de 2019, mediante o terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Controlada todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Controlada, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo 30 de setembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no período findo em 30 de setembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30/09/2024	31/12/2023
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	389.269	358.914
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.265.763	1.242.742
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	719.460	822.133
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	356.148	349.826
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	295.469	290.225
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	247.739	243.341
					<u>3.273.848</u>	<u>3.307.181</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Out/25	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	-	-
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	-	-
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	-	-
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	-	-
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	-	-
Jan/28	6,00%	-	-	-	-
Jul/28	6,00%	-	-	-	-
Jan/29	6,50%	-	-	-	-
Jul/29	6,50%	-	-	-	-
Jan/30	6,75%	-	-	-	-
Jul/30	6,75%	-	-	-	-
Jan/31	6,75%	-	-	-	-
Jul/31	6,75%	-	-	-	-
Jan/32	6,75%	-	-	-	-
Jul/32	6,75%	-	-	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

(i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado;

(ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado;

(iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série a ser amortizado.

(b) Debêntures - Rodovias do Brasil

Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030.

Em 10 de maio de 2024, a Companhia liquidou parcela das Debêntures RODB11 no montante de R\$ 64.982, sendo o total referente a juros.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 10 de maio de 2024, a Companhia recebeu parcela do swap referente a Debêntures RODB11 no montante de R\$ 31.448.

Conforme contrato de *swap* com o banco BTG Pactual S.A. foi firmado a troca dos parâmetros de atualização da debênture RODB11 de Di + 4,25% a.a. para IPCA + 8,00%a.a.

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30/09/2024	31/12/2023
Mai-21	RODB11 1ª série	600.000	Maio-30	CDI + 4,25%	901.272	867.776
					<u>901.272</u>	<u>867.776</u>

(c) Cédula de crédito bancário (CCB)

Em 27 de outubro de 2023, a Controlada realizou a 6ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2024 (bullet) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 1,53% a.a., calculados de forma exponencial pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis e comissão de 0,08% a.a. Não há constituição de garantias.

Nesta mesma data, a Controlada realizou o pagamento da 5ª emissão da CCB, no montante total de R\$ 57.669, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 7.669 de juros.

(d) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Controlada são:

- (i) Cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão;
- (ii) Penhor das ações da Controlada. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

As garantias constituídas pela Controladora são:

- (i) Alienação fiduciária em garantia da totalidade das ações de emissão da Emissora, de titularidade dos acionistas ("Ações");
- (ii) Cessão fiduciária em garantia de ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e em conjunto com a alienação Fiduciária de Ações "Garantias Reais"). Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da RODB11 (1ª emissão).

(e) Principais compromissos assumidos ("covenants")

Todas as cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Para a controlada: As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2024. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, conforme periodicidade estabelecida na Escritura, não houve apuração de ICSD e Dívida Líquida/EBITDA no período. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são:
 - ✓ ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos);
 - ✓ Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros).

- Para a Controladora: As cláusulas restritivas foram cumpridas em 30 de setembro de 2024. Para as Debêntures RODB da 1ª emissão, foi apurado no período, 3,60x referente ao Dívida Líquida/EBITDA e conforme periodicidade estabelecida na Escritura, não houve apuração de ICSD. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são:
 - ✓ ICSD: maior ou igual a 1,30 (um inteiro e três décimos);
 - ✓ Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 4,50 (quatro inteiros e cinco décimos).

14.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas de juros e inflação. Como parte da estratégia de proteção a Companhia contratou swap com o objetivo de proteção econômica e financeira para as debêntures emitidas pela Controladora. Este *swap* troca integralmente a exposição dos fluxos de caixa da debênture, sendo assim, a Companhia recebe a taxa DI + 4,25% a.a. e paga à contraparte (BTG Pactual) a taxa IPCA + 8,00% a.a. Essa operação não foi designada como *hedge accounting*. Em 30 de setembro de 2024, a marcação na curva do *swap* era de negativo de R\$ 4.788.

15. Arrendamento mercantil

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323	12.327	3.226	15.876
Adições	877	53.640	-	54.518
Revisão de Contratos	28	1.086	583	1.697
Baixas	(190)	(13.159)	(2.307)	(15.656)
Apropriação de juros	47	2.363	202	2.612
Desmobilização	384	-	-	384
Saldos em 30 de setembro de 2024	1.469	56.257	1.704	59.430
Passivo circulante	544	20.822	631	21.997
Passivo não circulante	925	35.435	1.073	37.433

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média do custo captação das dívidas, com base na projeção de mercado do IPCA e CDI, correspondendo a taxa de 10,60% a.a.

16. Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

16.1. Provisão para demandas e passivos contingentes

A Controlada é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Controlada, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas a seguir:

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórias	Consolidado Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.415	12.962	286	14.556	30.219
Constituição	1.939	5.369	14	1.883	9.205
Reversão	(1.833)	(4.254)	-	(1.673)	(7.760)
Saldos em 30 de setembro de 2024	<u>2.521</u>	<u>14.077</u>	<u>300</u>	<u>14.766</u>	<u>31.664</u>

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórias	Consolidado Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.653	15.925	261	10.544	28.383
Constituição	423	3.000	19	3.973	7.415
Reversão	(263)	(4.846)	-	(1.616)	(6.725)
Saldos em 30 de setembro de 2023	<u>1.813</u>	<u>14.079</u>	<u>280</u>	<u>12.901</u>	<u>29.073</u>

Processos cíveis

O principal processo judicial provisionado refere-se à ação indenizatória referente acidente (atropelamento) ocorrido em 2011, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065) nas proximidades do km 86+500m. Durante o curso processual, a Controlada sustentou não ter responsabilidade, uma vez que o local dos fatos se encontrava devidamente sinalizado com cones, conforme estabelecido pelo Manual de Operações.

Todavia, apesar do farto conjunto probatório ofertado, em 19 de novembro de 2021, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, condenando de forma solidária a Controlada, o motorista que conduzia o veículo, bem como a transportadora proprietária do veículo causador do atropelamento. A Controlada interpôs recurso de apelação em face da sentença.

Em 07 de março de 2023, foi publicado acórdão que reconheceu a existência de culpa concorrente, culminando na redução do valor indenizatório. Adicionalmente, foi constituído em torno de R\$ 3,1 milhões referente a 3 novas ações indenizatórias em razão de óbitos ocorridos no trecho sob administração da concessionária, sendo 2 delas ocasionadas pelo mesmo incidente na SP 332 e o outro, proveniente de um engavetamento ocorrido na SP 065.

Processos regulatórios

A Controlada distribuiu um processo em face da ARTESP para discutir a necessidade de reequilíbrio em razão da não aplicação do TCP da SP-360.

16.2. Processos com Perda Possível

A Controlada também possui ações de naturezas cível, trabalhista, regulatória e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	30/09/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas e previdenciárias	12.876	7.144
Reclamações cíveis	26.073	30.301
Contingências regulatórios	13.521	6.988
Contingências tributárias	66.047	65.865
	<u>118.517</u>	<u>110.298</u>

O principal processo judicial não provisionado da Controlada refere-se à autuação pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Controlada protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, monitorando possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado", reforçando que até o presente momento não existem impactos à Rodovias do Brasil Holding S.A.

A Controlada apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.3.

16.3. Depósitos judiciais

	Consolidado				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	722	3.711	97.410	754	102.597
Adições	353	-	354	-	707
Baixas	(176)	-	-	-	(176)
Atualização monetária	28	124	5.610	25	5.787
Saldos em 30 de setembro de 2024	927	3.835	103.374	779	108.915

(i) Em 03 de agosto de 2018, a Controlada entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo Acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes.

Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Controlada mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o período findo em 30 de setembro de 2024, não houve atualização para esse processo.

17. Provisão de conserva especial

a) Composição

Provisão de conserva especial	30/09/2024	31/12/2023
	27.124	11.205
	27.124	11.205
Provisão de conserva especial	30/09/2023	31/12/2022
	11.187	7.224
	11.187	7.224

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	30/09/2024	31/12/2023
Saldos no início do período	11.205	7.224
Constituição conserva especial, líquida de AVP	43.662	79.044
Baixa de conserva especial	(27.743)	(75.063)
Saldos final do período	<u>27.124</u>	<u>11.205</u>
	30/09/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	7.224	9.454
Constituição conserva especial, líquida de AVP	55.739	80.140
Baixa de conserva especial	(51.776)	(82.370)
Saldo final do período	<u>11.187</u>	<u>7.224</u>

Em 30 de setembro de 2024, a Controlada apresenta o saldo de R\$ 27.124 (R\$ 11.205 em 31 de dezembro de 2023) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no Contrato de Concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI.

A Controlada reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no Contrato de Concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia fora constituída sob o Capital Social de R\$ 1, mediante a emissão de 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia deliberou o aumento de capital social em R\$ 925.069, mediante a emissão de 925.069.207 (novecentos e vinte e cinco milhões, sessenta e nove mil, duzentos e sete) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de junho de 2021, a Companhia aumentou o Capital Social em R\$ 2.000 e passou a ser de R\$ 927.070 representado por 927.070.207 (novecentos e vinte e sete milhões, setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 500 e passou a ser de R\$ 927.570 representado por 927.570.207 (novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 22 de julho de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 700 e passou a ser de R\$ 928.270 representado por 928.270.207 (novecentos e vinte e sete milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação:

Acionista	Nº ações	%	Total
RdB Participações F.I.P Multiestratégia	928.270.206	99,9	928.270.206
MIC Capital Management 25 RSC LTD	1	0,01	1
	<u>928.270.207</u>	<u>100</u>	<u>928.270.207</u>

b) Lucro básico e diluído por ação

O Lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2023	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2023
Lucro do período	53.806	98.840	46.502	49.454
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	928.270	928.270	928.270	928.270
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	0,06	0,11	0,05	0,05

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

c) Transação de capital

Trata-se do resultado da combinação de negócios sob controle comum, de acordo com o ICPC 09 (R2), reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido na linha de transação de capital no valor total de R\$ 763.852.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos adicionais propostos

Em 27 de março de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Controlada, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, no montante de R\$ 60.000 (sessenta milhões), com pagamento efetivado em 29 de abril de 2024.

Em 25 de setembro de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Controlada, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 39.900 milhões e, de dividendos, no total de R\$ 35.000 milhões, ambos com o pagamento previsto para ocorrer até o final de outubro de 2024.

19. Receita operacional líquida

	Período de 01/07/2024 a 30/09/2024	Período de 01/01/2024 a 30/09/2024	Período de 01/04/2023 a 30/06/2023	Período de 01/01/2023 a 30/06/2023
Receitas de pedágios:				
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (ii)	263.137	718.515	214.737	596.368
Numerários	22.708	70.091	28.575	88.721
Vale pedágio, cupom e cartão próprio (iii)	9.066	26.181	10.106	29.506
Receitas acessórias	5.526	15.686	4.702	14.917
Receita com cartão de crédito e débito	19.955	51.492	12.010	28.872
Receita de construção (i)	36.605	202.858	73.711	239.801
	<u>356.997</u>	<u>1.084.823</u>	<u>343.841</u>	<u>998.185</u>
Tributos sobre serviços de operação	(27.011)	(74.344)	(22.758)	(63.862)
Total	<u>329.986</u>	<u>1.010.479</u>	<u>321.083</u>	<u>934.323</u>

- (i) Nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e de 2023, a Companhia reconheceu R\$ 202.858 e R\$ 239.801, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS);

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços, despesas gerais e administrativas

a) Custos dos serviços

	Período de 01/07/2024 a 30/09/2024	Período de 01/01/2024 a 30/09/2024	Período de 01/07/2023 a 30/09/2023	Período de 01/01/2023 a 30/09/2023
Custo de construção ICPC 01-R1	(36.239)	(200.829)	(72.974)	(237.043)
Amortização e depreciação	(55.037)	(148.596)	(41.946)	(120.136)
Provisão para conserva especial e manutenção (i)	(13.062)	(38.394)	(16.269)	(41.863)
Salários e encargos	(10.706)	(32.127)	(10.536)	(31.941)
Serviços de terceiros	(5.134)	(15.518)	(4.468)	(12.132)
Materiais e equipamentos	(3.496)	(9.934)	(3.025)	(8.818)
Outorga variável da concessão	(4.813)	(13.323)	(4.077)	(11.406)
Seguros	(1.215)	(3.641)	(1.217)	(2.668)
Outros custos e despesas, líquidas	(8.271)	(11.970)	(1.859)	(5.532)
	<u>(137.973)</u>	<u>(474.332)</u>	<u>(156.371)</u>	<u>(471.899)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	Período de 01/07/2024 a 30/09/2024	Período de 01/01/2024 a 30/09/2024	Período de 01/07/2023 a 30/09/2023	Período de 01/01/2023 a 30/09/2023
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Salários e encargos	(3.937)	(11.639)	(3.481)	(9.965)
Serviços de terceiros	(1.886)	(4.658)	(991)	(3.130)
Depreciação e amortização	(408)	(1.227)	(405)	(1.201)
Materiais e equipamentos	(93)	(280)	(75)	(319)
Despesas com veículos	(52)	(165)	(39)	(152)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(233)	(649)	(223)	(652)
Provisão para contingências (i)	(1.504)	(1.445)	(5.772)	(690)
Indenizações Cíveis	(391)	(2.381)	(720)	(1.514)
Manutenção de Softwares	(146)	(473)	(56)	(195)
Gastos gerais	(1.297)	(3.047)	(604)	(2.078)
	<u>(9.947)</u>	<u>(25.964)</u>	<u>(12.366)</u>	<u>(19.896)</u>

(i) Em 07 de março de 2023, foi publicado acórdão que reconheceu a existência de culpa concorrente referente ao processo 4005915-18.2013.8.26.0224, culminando na redução expressiva de R\$ 4,6 milhões do valor indenizatório, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo 30 de setembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora				Consolidado			
	Período de 01/07/2024 a 30/09/2024	Período de 01/01/2024 a 30/09/2024	Período de 01/07/2023 a 30/09/2023	Período de 01/01/2023 a 30/09/2023	Período de 01/07/2024 a 30/09/2024	Período de 01/01/2024 a 30/09/2024	Período de 01/07/2023 a 30/09/2023	Período de 01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas financeiras								
Receita de aplicações financeiras	2.468	6.983	936	2.214	16.161	51.683	15.620	41.049
Instrumentos financeiros derivativos	9.616	14.970	17.028	23.373	9.616	14.970	17.028	23.373
Tributos sobre receitas financeiras	(124)	(353)	(4.764)	(4.830)	(124)	(353)	(4.764)	(4.830)
Outras receitas financeiras	211	620	76	220	2.551	7.979	2.940	9.023
	<u>12.171</u>	<u>22.220</u>	<u>13.276</u>	<u>20.977</u>	<u>28.204</u>	<u>74.279</u>	<u>30.824</u>	<u>68.615</u>
Despesas financeiras								
Juros sobre debêntures	(32.991)	(96.810)	(35.031)	(99.998)	(90.142)	(265.219)	(96.351)	(282.466)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-	(1.657)	(4.748)	(2.106)	(6.052)
Encargos financeiros de dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de transação de dívidas	(551)	(1.668)	(440)	(820)	(14.824)	(44.765)	(14.712)	(43.094)
(-) Capitalização de encargos financeiros de dívidas	-	-	-	-	5.048	35.131	10.402	45.928
Custos de transação CCB Santander	-	-	-	-	(74)	(216)	-	-
Correção monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(8.840)	(79.776)	(6.498)	(87.972)
Juros sobre arrendamento mercantil operacional	-	-	-	-	(1.228)	(2.431)	(629)	(1.818)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(2.065)	(5.267)	(4.937)	(13.876)
Outras	(23)	(68)	(33)	(81)	(1.682)	(4.908)	(1.668)	(4.568)
	<u>(33.565)</u>	<u>(98.546)</u>	<u>(35.504)</u>	<u>(100.899)</u>	<u>(115.464)</u>	<u>(372.199)</u>	<u>(116.499)</u>	<u>(393.918)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(21.394)</u>	<u>(76.326)</u>	<u>(22.228)</u>	<u>(79.922)</u>	<u>(87.260)</u>	<u>(297.920)</u>	<u>(85.675)</u>	<u>(325.303)</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos (Consolidado)

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado da Controlada apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2024	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2024	Período de 1º de a julho a 30 de setembro de 2023	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2023
Resultado antes dos impostos	116.719	295.517	90.883	200.249
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(39.685)	(100.476)	(30.900)	(68.085)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	11.862	12.214	21.321	21.395
Efeito IR e CSLL no resultado	(27.823)	(88.262)	(9.579)	(46.690)
IR e CSLL corrente	(21.109)	(58.977)	(3.826)	(23.630)
IR e CSLL diferido	(6.714)	(29.285)	(5.753)	(23.060)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	<u>(27.823)</u>	<u>(88.262)</u>	<u>(9.579)</u>	<u>(46.690)</u>

23. Demonstração dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023.

Segue as principais transações não caixa ocorridas no período:

	30/09/2024 Controladora	30/09/2023 Controladora	30/09/2024 Consolidado	30/09/2023 Consolidado
Fornecedores	-	-	(115.860)	31.078
Efeito não caixa líquido das atividades operacionais	-	-	(115.860)	31.078
Adições de ativo imobilizado	-	-	-	228
Adições de ativo intangível	-	-	114.219	(29.842)
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	-	-	(54.517)	(9.132)
Efeito não caixa líquido das atividades de investimento	-	-	59.702	(38.746)
Efeito não caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	<u>56.158</u>	<u>7.667</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos no período findo em 30 de setembro de 2024 e no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Consolidado
Serviços Prestados (i)	27
Saldos em 30 de setembro de 2024	27
	Consolidado
Serviços Prestados (i)	34
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34

(i) CNO S.A.

O montante de R\$ 18, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação, para acesso a consulta de dados históricos).

Fundo de Investimento de Direito Creditórios ("FIDC")

Em 30 de setembro de 2024, a Controlada apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 47.148, referente à aquisição de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

25. Honorários da administração

A remuneração paga aos Administradores Estatutários da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 os montantes de R\$ 296 e R\$ 283, respectivamente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Remunerações	247	236	2.525	2.348
Encargos	49	47	505	585
Benefícios (i)	-	-	124	
	296	283	3.154	2.932

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

26. Seguros

A Controlada mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração da Controlada para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite máximo de responsabilidade
		De	Até	
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A	30/04/2024	30/04/2025	31
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	21/05/2029	6.760
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2023	21/05/2029	288.129
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A	29/12/2023	29/12/2025	118.584
Responsabilidade Civil	Swiss Re Corp. Sol. Bra Seguros S.A.	01/07/2024	29/12/2025	4.656
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564
Risco de Engenharia	Hdi Gerling Seguros Industriais S.A.	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Risco de Engenharia	Axa Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A	15/03/2023	15/06/2025	133.900
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A	15/03/2024	30/12/2025	1.130
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A	15/03/2024	30/03/2025	121.413
Risco operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2023	29/06/2024	360.000
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	08/08/2028	9.502
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	07/02/2029	2.434

(*) Valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100% do valor constante na tabela FIPE-USP.

27. Eventos subsequentes

Debêntures

Em 15 de outubro de 2024, a Controlada liquidou parcela da emissão das Debêntures ODTR11 no montante de R\$ 24.623, sendo o total referente a juros.

Em 11 de novembro de 2024, a Controladora liquidou parcela das Debêntures RODB11 no montante de R\$ 65.149, sendo o total referente a juros.

Processo Administrativo

Em 17 de outubro do corrente ano, a Controlada foi notificada pelo Núcleo de Fiscalização da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. O órgão fiscalizador pretende atribuir à Controlada a obrigação de pagamento de sanção pecuniária, fundamentada na alegada ocupação irregular de área pertencente à União Federal. A acusação se baseia na realização indevida das obras do Anel Viário de Campinas, incluindo a construção de acessos marginais e a ampliação da Rodovia Dom Pedro I - Trevo dos Amarais, em uma área do imóvel da União, sem a devida formalização de autorização prévia ou regularização junto à SPU.

A Controlada apresentou defesa administrativa tempestiva, fundamentada nas Resoluções publicadas pela SPU antes do início das obras, e acredita no arquivamento do processo administrativo.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo 30 de setembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros sobre o capital próprio e dividendos

Em 25 de outubro de 2024 a Companhia recebeu da Controlada o montante de R\$ 29.750 como dividendos e R\$ 28.828 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Capital de giro

Em 28 de outubro de 2024, a Controlada realizou a renovação do empréstimo de Capital de Giro, no valor de R\$ 50.000, contratado junto ao banco ABC do Brasil S.A.